



# Distribuição espacial da mão de obra ocupada no Agreste Pernambucano

Emanuel Silva dos Santos (Graduando em Economia do NG/CAA/UFPE)<sup>1</sup>

Francisco Vicente Sales Melo (Doutor em Administração. Professor Adjunto da UFC)<sup>2</sup>

Sonia Rebouças da Silva Melo (Doutora em Economia. Professora Associada no NG/CAA/UFPE)<sup>3</sup>

O Estado de Pernambuco, em especial a mesorregião do Agreste Pernambucano, é composto por importantes polos de produção de bens e serviços, de modo que áreas de atuação, a exemplo do polo regional têxtil, são fundamentais para o desenvolvimento regional, o que, conseqüentemente, fomenta a geração de ocupações para a população local (Silva e Xavier, 2020; Matos, Bastos e Machado, 2014). No entanto, problemas relacionados a falta de especialização adequada para a mão de obra, a escassez de mecanismos de inovação produtiva e a perpetuação de hábitos ineficientes de produção, podem prejudicar o funcionamento operacional nesses setores (Silva e Xavier, 2020). Nesse contexto, muitas dificuldades estruturais tendem a se manter nesses locais, afetando tanto a evolução do trabalho como a integridade ambiental; tendo em vista que muitos hábitos insustentáveis continuam sendo praticados na economia da região (Pedrosa e Corrêa, 2021).

O objetivo deste artigo é apresentar a dinâmica da mão de obra ocupada no Agreste Pernambucano, especialmente, em suas microrregiões, no período de 2010 a 2020. Os dados utilizados para a análise dos vínculos ativos foram extraídos da RAIS-MTE (Relação Anual de Informações Sociais). Os dados permitem observar as medidas regionais de localização, que são o Coeficiente Locacional (CL), Coeficiente de Especialização (CEsp), Coeficiente de Redistribuição (CRED) e Coeficiente de Reestruturação (CR). Essas medidas de concentração geográfica e de localização regional das ocupações na mesorregião analisada, permitiu verificar a importância relativa das microrregiões no Agreste Pernambucano. O cálculo das medidas analisadas estão descritos no Quadro 1.

---

<sup>1</sup>emanuel.silvasantos@ufpe.br.

<sup>2</sup>vicentemelo@ufc.br.

<sup>3</sup>sonia.rsilva@ufpe.br.

**Quadro 1**  
Medidas de concentração e localização regional

Medida	Equação	Descrição	Interpretação
CL	$CL_i = \frac{\sum_j \left( \frac{E_{ij}}{\sum_j E_{ij}} \right) - \left( \frac{\sum_i E_{ij}}{\sum_i \sum_j E_{ij}} \right)}{2}$	Relaciona a distribuição percentual de emprego num dado setor entre as regiões com a distribuição percentual do emprego total entre as regiões (distribuição-base)	CL = 0 (ou próximo a 0), significa que há uma dispersão significativa da atividade CL = 1 (ou próximo a 1), significa que haverá concentração significativa
Cesp	$Cesp_j = \frac{\sum_i \left( \frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}} \right) - \left( \frac{\sum_j E_{ij}}{\sum_i \sum_j E_{ij}} \right)}{2}$	Relaciona as informações sobre o nível de especialização de uma microrregião em relação à economia de uma mesorregião	Cesp = 0 (ou próximo a 0), a microrregião tem composição idêntica à da mesorregião Cesp = 1 (ou próximo a 1), indica que há um elevado grau de especialização
CR	$CR_i = \frac{\sum_i \left  \left( \frac{E_{ij}^{t1}}{\sum_i E_{ij}^{t1}} \right) - \left( \frac{E_{ij}^{t0}}{\sum_i E_{ij}^{t0}} \right) \right }{2}$	Relaciona a estrutura de mão de obra ocupada por setor das microrregião entre os períodos em análise (2010 a 2020), considerando o ano base 0 e o ano 1	CR = 0, indica que não ocorreu modificações na estrutura setorial da microrregião CR = 1, corresponde a uma reestruturação bem substancial
CRED	$CRED = \frac{\sum_j \left  \left( \frac{E_{ij}^{t1}}{\sum_j E_{ij}^{t1}} \right) - \left( \frac{E_{ij}^{t0}}{\sum_j E_{ij}^{t0}} \right) \right }{2}$	Relaciona a distribuição percentual da mão de obra ocupada de um mesmo setor em dois períodos, ano base 0 e ano 1 (2010 e 2020)	CRED = 0 (ou próximo a 0), expressa que não ocorreram mudanças significativas no padrão espacial de localização do setor CRED = 1 (ou próximo a 1), indica que ocorreram mudanças no padrão especial de localização do setor

Nota.  $E_{ij}$  = mão de obra ocupada no setor  $i$  da microrregião  $j$ ;  $\sum_j E_{ij}$  = mão de obra ocupada no setor  $i$  de todas as microrregiões;  $\sum_i E_{ij}$  = mão de obra ocupada em todos os setores da microrregião  $j$ ; e,  $\sum_i \sum_j E_{ij}$  = mão de obra ocupada todos os setores e todas as microrregiões.

Fonte: Adaptado de Lima et al. (2006) e Lima et al. (2007).



Pernambuco, de maneira geral, apresenta uma queda 3,74% na ocupação da mão de obra no período de 2019 a 2020. Tal período equivale ao início da pandemia de COVID-19, período em que o isolamento social e restrições sanitárias definidas pelo governo do estado e pelas prefeituras, foram implementadas no Estado. Considerando o período de 2010 a 2020, verificou-se que o estado acumulou uma perda de 5,4%. Porém, essa queda na ocupação já havia sido agravada no período de 2018 a 2019, que apresentou uma redução no nível de ocupação de 15,98%, sendo os setores de serviços e serviços industriais de utilidade pública, os mais impactados, com -46,24% e -22,38%, respectivamente. Já no período de 2019 a 2020, os setores que apresentaram maiores quedas de mão de obra ocupada no estado foram os de serviços industriais de utilidade públicas (-9,80%) e administração pública (-9,27%).

Comparando os dados de ocupação da mão de obra na mesorregião do Agreste Pernambucano com o estado de Pernambuco, observa-se que em 2017, o Agreste Pernambucano era responsável por 18,06% do total de pessoas ocupadas no Estado; ano em que apresentou a maior participação na geração de empregos em Pernambuco. Porém, a partir do referido ano observou-se uma queda na quantidade de mão de obra ocupada na mesorregião, que passou de 275.193 em 2017 para 202.218 pessoas ocupadas em 2020, acumulando uma queda de 26,52%. Essa tendência não é contínua em todo o período de análise. Por exemplo, de 2010 a 2015, o Agreste apresentou uma elevação 16,64% na mão de obra ocupada. Esse percentual cai para 9,02% entre 2015 a 2016. Bridi (2020, p. 144) afirma que, a partir de 2016, tem-se um novo “cenário no mercado de trabalho brasileiro cujos indicadores sinalizam para a degradação nos últimos anos”. Isso se deu devido a “um processo vinculado aos problemas econômicos decorrentes de uma nova dinâmica instaurada após 2016”. Segundo a autora, isso é resultado de uma “escalada de contrarreformas com o objetivo de flexibilização ainda maior do trabalho, dos sistemas de proteção exploração do trabalhador”.

Analisando os setores no período de 2010 a 2020, nota-se que alguns apresentaram crescimento no nível de mão de obra ocupada, como o setor de indústria de transformação (96,37%), serviços (58,24%), extração mineral (48,73%) e comércio (24,31%), enquanto outros apresentaram queda significativa, como setores de serviços industriais de utilidade pública (-44,00%), construção civil (-20,51%), administração pública (-19,92%) e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca (-14,08%). No período de 2019 a 2020, com exceção do setor de serviços (0,91%), todos os setores apresentaram queda na ocupação da mão de obra, destacando-se a administração pública (-19,68%), serviços industriais de utilidade pública (-18,93%) e construção civil (-14,35%).

É importante evidenciar que mesmo apresentando grande relevância na proporção de vínculos ativos para todo o estado, os municípios da região agreste apresentaram menos impacto se for levado em conta os municípios da região metropolitana do Recife (RMR), a exemplo dos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Paulista e, especialmente, da própria capital.

Por outro lado, os rendimentos médios dos setores econômicos no Agreste Pernambucano, não apresentaram variações significativas ao longo do período analisado, mantendo-se uma média geral, na maioria dos anos, de aproximadamente R\$ 700,00. Em 2010, o rendimento médio era de R\$ 753,41 e, em 2020, o rendimento médio era de R\$ 750,25. A

redução da média, entretanto, ocorreu nos anos de 2016 e 2018, saindo de R\$ 699,97 e para R\$ 688,75. Além disso, durante todos os anos, as atividades que apresentaram maior impacto na remuneração dos trabalhadores, assim como uma menor disparidade entre os municípios, foram as ligadas à agricultura, comércio, educação e administração pública.

No Agreste Pernambucano, os setores de administração pública, comércio, indústria de transformação, serviços e serviços industriais de utilidade pública são responsáveis pela maior parte da mão de obra ocupada na mesorregião, respondendo por 92,14% em 2010 e 93,88% em 2020.

Apesar da administração pública ter reduzido sua participação na geração de ocupação da mão de obra nas microrregiões, esse setor ainda permanece sendo aquele com maior participação em todas as microrregiões do Agreste Pernambucano. Nota-se ainda que a administração pública tem passado por um período de perdas de mão de obra, sem que haja reposição destes postos de trabalho, o que pode comprometer o acesso e a qualidade dos serviços prestados por esse setor.

Conforme apresentado na Tabela 1, o coeficiente de localização apresenta valores próximos a 0 tanto para o ano de 2010 quanto para o ano de 2020, indicando que não existe padrão de concentração de nenhum setor no Agreste Pernambucano, havendo dispersão significativa. Os setores estão distribuídos regionalmente da mesma forma que o conjunto de todos os setores. O coeficiente de especialização também apresenta valores próximos a 0 para os anos de 2010 e 2020, o que indica que as microrregiões tem composição idêntica à do Agreste pernambucano. Ou seja, há uma elevado grau de diversificação dos setores na mesorregião.

**Tabela 1**

**Coeficiente Locacional e Coeficiente de Especialização para cada setor econômico do Agreste Pernambuco (2010/2020) e o Coeficiente de Redistribuição para cada setor econômico do Agreste Pernambuco (2010/2020 e 2019/2020)**

Setor Econômico	Coeficiente Locacional		Coeficiente de Especialização		Coeficiente de Redistribuição	
	2010	2020	2010	2020	2010/2020	2019/2020
Extrativa Mineral	0,358706	0,372089	0,004217	0,005456	0,30741	0,01786
Indústria de Transformação	0,177071	0,14893	0,120416	0,246521	0,15549	0,01602
Serviços Industriais de Utilidade Pública	0,318025	0,320833	0,241929	0,091249	0,40155	0,02054
Construção civil	0,212688	0,171643	0,04495	0,030399	0,05670	0,08054
Comércio	0,095469	0,038346	0,183395	0,118849	0,03323	0,00467
Serviços	0,179052	0,134402	0,144051	0,165222	0,03243	0,01915
Administração Pública	0,160799	0,190271	0,508515	0,489056	0,02960	0,03055
Agropecuária, Extração vegetal, caça e pesca	0,409626	0,205543	0,187212	0,096771	0,27310	0,06532

Fonte: Elaboração própria, com dados da RAIS/MTE (2022).

O Coeficiente de redistribuição de 2010 a 2020 apresenta valores mais próximos a 0, indicando que não ocorreram mudanças significativas no padrão espacial de localização do setor de 2010 a 2020. Segundo Lima et al. (2006), isso significa que as mesmas microrregiões que apresentavam localização significativa no ano de 2010 continuaram até 2020. Ou seja, não houveram alterações representativas.

**Tabela 2**

Coeficiente de Reestruturação para todos os setores econômicos do Agreste Pernambuco (2010/2020 e 2019 /2020)

	Vale do Ipanema	Vale do Ipojuca	Alto Capibaribe	Médio Capibaribe	Garanhuns	Brejo Pernambucano
2010/2020	0,074226165	0,122908596	0,336925354	0,183461719	0,114436317	0,206881391
2019/2020	0,06406582	0,048566116	0,034324896	0,089830418	0,040009573	0,02091307

Fonte: Elaboração própria, com dados da RAIS

Analisando os dados da Tabela 2, constata-se que todas as seis microrregiões não apresentaram mudanças na sua estrutura produtiva de 2010 para 2020. Ou seja, a composição setorial se manteve a mesma ao longo do período. Pode-se destacar que o Alto Capibaribe e o Brejo Pernambucano apresentaram os valores mais elevados que as demais microrregiões, apontando que pode ocorrer uma reestruturação mais significativa na composição setorial.

No intuito de observar os primeiros impactos da pandemia do COVID-19, calculou-se o coeficiente de reestruturação para o período de 2019 e 2020. Com isso, pode-se observar valores inferiores aos apresentados pelo coeficiente no período de 2010 e 2020. Assim, a pandemia contribuiu para que não houvesse modificações na estrutura setorial das microrregiões.

O coeficiente de localização indicou não haver um padrão de concentração de nenhum setor no Agreste Pernambucano nesses dois anos analisados. O coeficiente de redistribuição indicou que não houve mudanças no padrão espacial de localização das atividades ao longo do período, e o coeficiente de reestruturação apontou que as microrregiões não apresentaram mudanças na sua estrutura produtiva do período em ambos os períodos analisados. Por outro lado, quando analisa-se a participação na geração de emprego por microrregião, observa-se que há desigualdade significativa na distribuição da mão de obra ocupada no Agreste Pernambucano.



## Referências

Bridi, M. A. A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 141-166, 2020.

Lima, J. F. *et al.* Alocação espacial da mão-de-obra nos estados do Sudeste brasileiro: apontamentos a partir da análise regional. *Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*. v. 18, n. 2 (32), 2007.

Lima, J. F. *et al.* Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. **Revista Análise Econômica**. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Ano 24, Nº 49, p. 7–26, setembro 2006.

Matos, F. R. N.; Bastos, A. T.; Machado, D. Q. Desenvolvimento local no agreste pernambucano: uma " utopia possível". **Interações**. (Campo Grande), v. 15, p. 147-157, 2014.

Pedrosa, I. V.; Corrêa, C. Alterações ambientais em municípios do agreste pernambucano e ações dos governos para mimizá-las, seguindo a percepção de gestores municipais. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science-IJERRS**. v. 4, n. 2, p. 1-21, 2021.

Silva, B. L.; Xavier, M. G. P. Inovação e tecnologia em lavanderias de jeans do polo têxtil do agreste Pernambucano e a implementação das atividades de reuso de água. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 41458-41476, 2020.

Vidigal, V. G.; Campos, A. C.; Rocha, C. B. Especialização produtiva nos Arranjos Produtivos Locais (APL) de calçados do Brasil, 1995-2006. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, RS, n.30, 2009.



## Desafios e Oportunidades ao Desenvolvimento Socioeconômico em Bezerros, Bonito, Chã Grande e Gravatá

Natalicio José de Oliveira Neto (Graduando em Economia CAA/UFPE)<sup>1</sup>

Márcio Miceli Maciel de Sousa (Doutor em Economia.

Professor NG/CAA/UFPE do CAA)<sup>2</sup>

Rosa Kato (Doutora em Economia. Professora NG/CAA/UFPE do CAA)<sup>3</sup>

Cidades como Bezerros, Bonito, Gravatá e Chã Grande localizadas no interior de Pernambuco, possuem características particulares que as fazem dignas de foco de análise. Os quatro referidos municípios demonstram dinâmicas econômicas distintas das principais atividades do interior, pois têm no setor do turismo um componente importante na dinâmica da renda local.

Na realidade vivenciada pelos quatro municípios, ainda é evidente os altos índices de concentração de renda e economias pouco dinâmicas, resultantes de situação desfavorável em relação a educação e saúde, bem como pela falta de pujança econômica de atividades como o turismo da qual se tinha grande expectativa de impulso e elevado poder de transformação econômica e social. Portanto, o presente boletim almeja elucidar os dados socioeconômicos dos municípios supracitados, destacando suas dificuldades e problemas sociais bem como suas oportunidades de desenvolvimento, com foco no vetor de crescimento fomentado pelo turismo.

Começando com um breve panorama dos municípios supracitados, temos que a cidade de Bezerros de acordo com o IBGE possui população estimada de mais de 60 mil habitantes, com localidade no Agreste Central, tendo na produção agrícola, em especial, a de tomates uma de suas principais atividades econômicas. Destaca-se, ainda, a produção de doces. No povoado de Serra Negra, um importante destino turístico do interior do Estado, destaca-se a forte especulação imobiliária nos últimos cinco anos, em especial, a construção de condomínios de alto padrão, como lotes de alto valor agregado, que prometem incorporar o turismo de segunda residência junto as já existentes pousadas, casas de campo fora e dentro de condomínios. A grande movimentação na Serra Negra acontece nos grandes e tradicionais feriados como o São João. Como é de se esperar a economia local sofre com a sazonalidade.

<sup>1</sup>natalicio.oliveiraneto@ufpe.br

<sup>2</sup>marcio.miceli@ufpe.br

<sup>3</sup>rosa.kato@ufpe.br

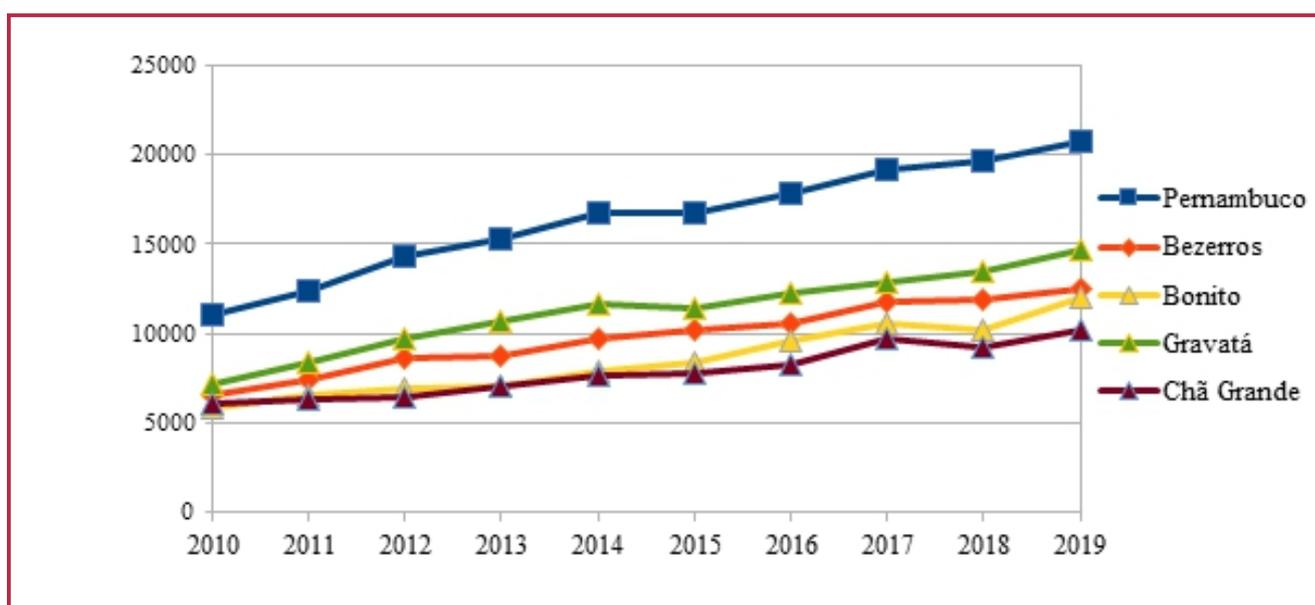
A cidade de Bonito tem como forte suas belezas naturais, com destaque para o turismo de aventura nas cachoeiras e balneários existentes. O município possui vários hotéis e locais de hospedagem. Apesar da riqueza histórica e natural, o município de Bonito apresenta dados ruins, possuindo a mais alta concentração de renda entre as cidades analisadas de acordo com o censo do IBGE de 2010 e o índice de desenvolvimento municipal (IDHM) mais baixo.

Grande produtor de graviola, o município de Chã Grande encontra-se localizado na Zona da Mata Sul do Estado, fazendo fronteira com o Agreste, apresenta além de um destacado setor agrícola, características ambientais que o qualificam para o arranjo econômico local do turismo, aproveitando-se, em especial, da escassez e o elevado preço das terras em Gravatá, fruto da grande especulação imobiliária da chamada "Suíça Brasileira". Os dados sociais apresentados mais a frente mostram que este município enfrenta grandes problemas em relação a concentração de renda. De acordo com os dados do último Censo do IBGE, o município conta com um pouco mais de 20 mil habitantes, sendo o menos populoso dentre os quatro analisados neste boletim.

Por fim a cidade de Gravatá, famosa por seus condomínios de segunda residência, sítios, hotéis fazendas e destinos turísticos, movimenta os importantes polos gastronômico e moveleiro. Destaca-se, também, o turismo equestre e a pujança da cadeia do cavalo com efeitos a montante e a jusante.

Com população estimada em mais de 85 mil habitantes, é a mais populosa entre as cidades analisadas, também a que possui maior PIB e maior PIB per capita. Entretanto tais dados não significam boas condições socioeconômicas, Gravatá conta com alta concentração de renda e economia local pouco diversificada. O que torna evidente discrepância entre a qualidade de vida nos condomínios em contraponto aos bairros dito mais "populares" da cidade.

**Gráfico 1**  
Evolução do PIB per capita entre 2010 e 2019



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Sistema de Contas Regionais - Condepe/Fidem e IBGE (2022).

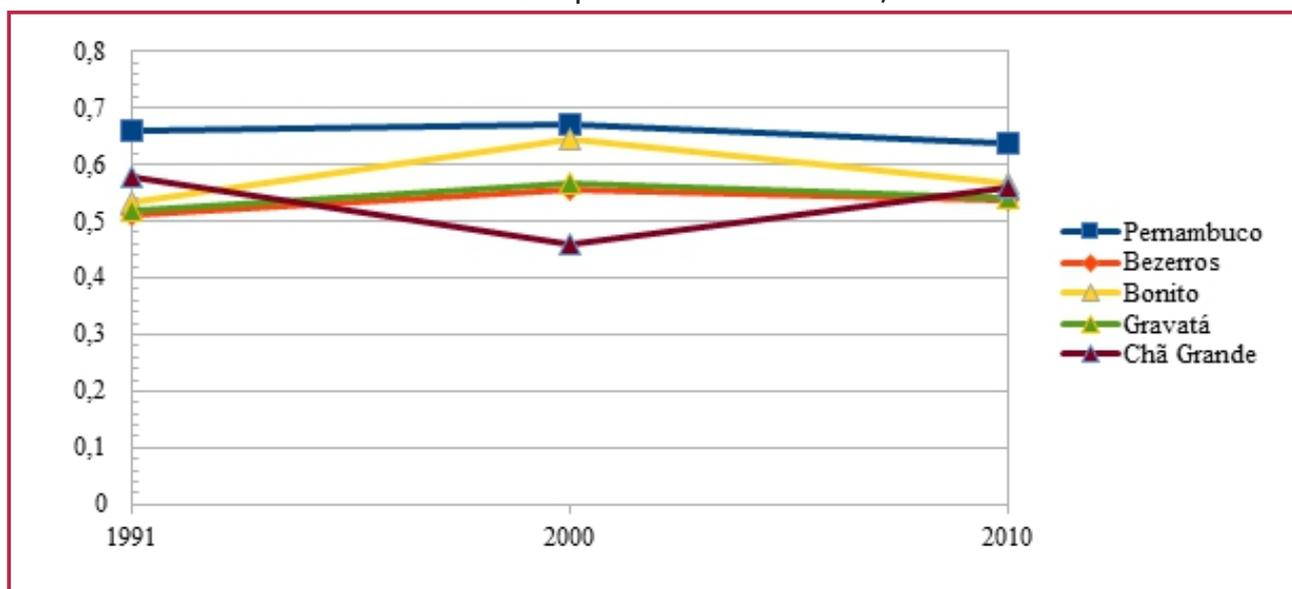
De acordo com a base de dados do Condepe/Fidem todos os quatro municípios possuem um PIB per capita menor do que a média de Pernambuco, que para o ano de 2019 foi R\$ 20.702,30. O destaque vai para Gravatá com R\$ 14.665,18 em 2019, ficando acima de Bezerros com R\$ 12.522,08. Chã Grande desde o primeiro ano de análise está abaixo dos demais municípios e em 2019 tinha apenas R\$ 10.210,41 de PIB per capita.

Segundo o Condepe/Fidem o PIB municipal de maior destaque foi o de Gravatá com de mais de 1 bilhão e 200 milhões de reais para o ano de 2019, seguido pelo PIB de R\$ 761 milhões de Bezerros, logo após vem Bonito com R\$ 457 milhões e, por último, Chã Grande com R\$ 221 milhões todos no mesmo referido ano.

Para os anos de crise nacional de 2014 e 2015 apenas o município de Gravatá apresentou contração no PIB de -1,40%. Já o município de Bonito apresentou um crescimento de 5,46% no mesmo período indo na contramão dos cenários nacional e estadual.

No que tange ao nível de concentração de renda, Chã Grande e Bonito apresentam os dados mais delicados. No caso do primeiro a renda média dos trabalhadores formais para o ano de 2019 era de 1,7 salário mínimo de acordo com o IBGE cidades. Entretanto, apenas 7% de sua população se encontra formalmente empregada, quando levamos em consideração os domicílios temos que 52,4% possuem até 0,5 salário mínimo por pessoa como renda mensal. O que evidencia a situação de grande concentração de renda e de pobreza do município.

**Gráfico 2**  
Índice de Gini para os anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria, usando dados dos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010 (2022)..

Apesar dos quatro municípios apresentarem índices consideravelmente altos de concentração de renda, os mesmos ficam abaixo do índice de Gini do Estado. Entretanto todos os municípios selecionados neste boletim possuem dados próximos, sendo o maior deles o de Bonito com 0,567 de coeficiente de Gini, abaixo de 0,636 de Pernambuco para o ano de 2010.



No que se refere ao índice de desenvolvimento humano municipal, de sigla IDHM, todos os municípios selecionados apresentam desempenho abaixo da média do Estado, entretanto é possível ver uma melhora consistente. Para o censo de 2000 todos os estavam com IDHM considerado baixo, porém no censo de 2010 todos estavam no médio. Destaque vai para Gravatá com 0,634 o maior índice e Bonito com 0,561 o pior deles, ambos para o ano de 2010.

Nos dados sobre educação o IDEB, o município de Bonito consegue um bom resultado quando comparado aos demais com nota 6,8 para os anos finais do ensino fundamental da rede pública. O mesmo município conta com quatro escolas de ensino médio ficando atrás de Bezerros e Gravatá que possuem sete escolas de ensino médio cada.

O pior resultado verifica-se na cidade de Chã Grande com apenas 3,4 pontos de IDEB para os anos finais do ensino fundamental da rede pública e apenas uma escola de ensino médio. Para o Estado de Pernambuco o mesmo índice é de 4,5 na rede pública para os anos finais do ensino fundamental, sendo todos os dados referentes a 2019. De 6 aos 14 anos de idade a maior taxa de escolarização foi de Gravatá com 97,2 % e a menor foi de Bezerros com 95,9% para o ano de 2010.

Sobre a saúde pública, em específico a mortalidade infantil o município de Gravatá apresentou 6,16 mortos a cada mil nascidos vivos no ano de 2020 sendo o menor índices entre as cidades analisadas, o maior vai para bonito com preocupantes 13,36 mortos a cada mil nascidos vivos. O município de Chã Grande possuía apenas dez estabelecimentos do SUS no ano de 2009, em contraponto Gravatá apresenta vinte e quatro estabelecimentos, sendo o maior efetivo entre os 4 municípios.

## **Proposições para o Desenvolvimento do Turismo nos Municípios Selecionados**

O breve diagnóstico dos quatro municípios escolhidos para a análise neste boletim aponta para a baixa qualidade de vida da população, demandando ações de planejamento e políticas públicas que venham a desenvolver as suas potencialidades. Das vertentes presentes, o turismo é um importante elemento capaz de ampliar o seu poder transformador. Todavia, o elemento mais desafiador para a sobrevivência e expansão das atividades ligadas a este segmento é a sazonalidade.

O efeito sazonalidade atua de uma mesma maneira em Gravatá, Bezerros e Chã- Grande, operando de forma contrária em Bonito. Nos meses de forte calor, os três municípios supracitados sofrem os esvaziamentos na demanda pelos equipamentos turísticos dada a migração de uma significativa parcela da população para as praias, impondo aos empresários locais um substancial desafio com repercussões para as atividades que tem forte interligação com o turismo de segunda residência, tais quais: os bares, restaurantes, padarias mais sofisticadas e butiques de carnes, como também o polo moveleiro no caso de Gravatá.

Os restaurantes voltados aos turistas operam o ano todo sem muito movimento de segunda a quinta, apostando no faturamento dos finais de semana para tornar o negócio viável. Nos períodos quentes a queda na frequência torna o cenário ainda mais desafiador, demandando uma alternativa.



A sustentabilidade dos equipamentos turísticos passa pela elevação da renda permanente da população local, garantindo acesso de uma parcela destes residentes aos serviços mencionados. Neste sentido, a atração de indústrias mais alinhadas ao conceito de sustentabilidade ambiental torna-se uma opção interessante, pois como destacam economistas como Celso Furtado e Kaldor, a atividade industrial possui a condição de pagar salários maiores quando comparado aos setores agrícolas e de serviços.

## Referências

Agencia Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Condepe/Fidem**. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepefidem/municipal;jsessionid=C8C6C0FE63AC1D261F4999D0498A4C86.jvm3i1h155>. Acesso em 04 de maio de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em 03 de maio de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados – Gravatá**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/gravata.html>. Acesso em 04 de maio de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados – Bezerros**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/bezerros.html>. Acesso em 04 de maio de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados – Bonito**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/bonito.html>. Acesso em 04 de maio de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados – Chã Grande**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/cha-grande.html>. Acesso em 04 de maio de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados – Pernambuco**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe.html>. Acesso em 04 de maio de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 04 de maio de 2022.

Base de Dados do Estado (BDE). **Produto Interno Bruto a preços de mercado**. Disponível em [http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao\\_formato2.aspx?CodInformacao=1293&Cod=3](http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=1293&Cod=3). Acesso em 04 de maio de 2022.



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório Econômico do Corecon-PE.



**Presidente:** André Lima de Morais

**Vice-Presidente:** Poema Isis Andrade de Souza

**Conselheiros Efetivos:** Ademir Pedro Vilaça Junior  
André Lima de Morais  
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá  
Keynis Cândido de Souto  
Monaliza de Oliveira Ferreira  
Poema Isis Andrade de Souza  
Priscila Michelle Rodrigues Freitas  
Rafael Ramos da Conceição Moura

**Conselheiros Suplentes:** Adelson Santos da Silva  
Fábio José Ferreira da Silva  
José Farias Gomes Filho  
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima  
Paulo Roberto de Magalhães Guedes  
Rosiane Ferreira de Andrade  
Sandro Virgílio Prado Ribeiro  
Severino Ferreira da Silva

**Conselheiro Federal:** Fernando de Aquino Fonseca Neto

**Conselheira Federal Suplente:** Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

**Gerente Executiva:** Rayssa Kelly Melo das Mercês

**Comitê Editorial:** André Lima de Morais  
Fábio José Ferreira da Silva  
Keynis Cândido de Souto  
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima  
Monaliza de Oliveira Ferreira  
Poema Isis Andrade de Souza  
Rafael Ramos da Conceição Moura

**Projeto Gráfico:** Priscila Correia de Moura

**Correspondência:** Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.  
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.  
CEP: 50.050-400  
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br  
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre  
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe